

# UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA MAIS-QUE-REPRESENTACIONAL?

*Leonardo Luiz Silveira da Silva*

Doutor em Geografia e professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - Campus Salinas

[leoluizbh@hotmail.com](mailto:leoluizbh@hotmail.com)

**RESUMO:** A abordagem mais-que-representacional tem se disseminado como um campo sistemático de estudo na geografia britânica, com reverberações intercontinentais que alcançaram a geografia brasileira. Ainda tido como um campo incipiente, o estilo mais-que-representacional é reconhecido por apresentar denso arcabouço teórico e pela grande amplitude de métodos que visam um ponto em comum: transcender as representações esfacelando as abordagens ontológicas de categorias e propondo alternativas às metanarrativas. Recentemente, notou-se em publicações anglófonas tentativas de aplicação de pressupostos mais-que-representacionais como meios de construção de historiografias que embasam estudos da geografia histórica. O objetivo deste trabalho, de viés estritamente epistemológico, é o de avaliar esta tentativa. Para tanto, utilizamos o trabalho de Miller e Prieto (2020) como referência, já que o mesmo se trata de um exemplo recente da aplicação mais-que-representacional na geografia histórica. Não ficamos restritos à análise do trabalho destes autores e lançamos críticas que extrapolam sua abordagem. As críticas englobam questões associadas ao objeto de análise, à escala temporal, ao uso das fontes de pesquisa e chega-se a conclusão que a lógica mais-que-representacional tende a ser subvertida nos estudos de geografia histórica. Apesar dos desafios levantados, o artigo aponta em sua conclusão que a abordagem empírica mais-que-representacional já é desafiadora mesmo em trabalhos que focam em arranjos relacionais hodiernos, o que não deve intimidar os investigadores interessados na área a transcender os limites das tradicionais empreitadas representacionais.

**Palavras-chave:** Abordagem mais-que-representacional. Historical geography. Representations. Epistemology.

## A MORE-THAN-REPRESENTATIONAL HISTORICAL GEOGRAPHY?

**ABSTRACT:** The more-than-representational approach has spread as a systematic field of study in British geography, with intercontinental echoes reaching Brazilian geography. Still seen as an incipient field, the more-than-representational style is recognized for presenting a dense

theoretical framework and for the wide range of methods that aim at a common point: transcending representations by breaking down ontological approaches to categories and proposing alternatives to metanarratives. Recently, it has been noted attempts to apply more-than-representational assumptions as a means of constructing historiographies that support studies of historical geography. The objective of this work, strictly epistemological, is to evaluate this attempt. For that, we use the work of Miller and Prieto (2020) as a reference, since it is a recent example of the more-than-representational application in historical geography. We are not restricted to analyzing the work of these authors and launch criticisms that go beyond their approach. Criticism encompasses issues associated with the object of analysis as the temporal scale and the use of research sources. It is concluded that the more-than-representational logic tends to be subverted in historical geography studies. Despite the challenges raised, the article points out in its conclusion that the more-than-representational empirical approach is already challenging even in works that focus on modern relational arrangements, which should not intimidate researchers interested in the area to transcend the limits of traditional endeavors representational.

**Keywords:** More-than-representational approach. Urbanization. Cartographic representation.

## 1 INTRODUÇÃO

O geógrafo atribui um papel relevante ao tempo em sua análise (CÔRREA, 2016), afinal, a dimensão temporal incide na experiência do espaço (OLIVEIRA, 2013). Assim, tempo e espaço apresentam-se indissociáveis. Seu entrelace vai além da geografia e da história e são reconhecidas como dimensões que – de maneira sobreposta – participam das demais ciências sociais (BAKER, 1981). A sociedade é sempre e em qualquer hipótese espacial e temporal (THRIFT, 1983), o que dá força ao manejo instrutivo das palavras arranjadas por Henry Clifford Darby (1953), autor que vaticinou que existe uma geografia por trás da história e uma história por trás da geografia. *Ipsa facto*, espaço e tempo não podem ter existência independente, separada dos processos que produzem (HAESBAERT, 2021).

A perspectiva de que toda a geografia é histórica (BAKER *et.al.*, 1969) coloca em questão a necessidade de existência das subdisciplinas “geografia histórica” [*historical geography*], “história geográfica<sup>1</sup> [*geographical history*]” ou ainda geografia humanista histórica<sup>2</sup> [*humanistic*

---

<sup>1</sup> Vale destacar que o termo história geográfica é menos comum do que geografia histórica. Apesar da posição do adjetivo e do substantivo indicar que “história geográfica” é um braço da geografia e “geografia histórica” um braço

Revista Percurso - NEMO  
ISSN: 2177- 3300

Maringá, v. 15 n.2 , p. 287-311, 2023

*historical geography*]. Afinal, se o tempo é indissociável a análise geográfica, qual seria a serventia de especializar a abordagem espaço-temporal ao ponto de se criar uma disciplina? Sabe-se, todavia, que não existe uma ideia coesa acerca do escopo da chamada geografia histórica (EARLE, 1995). Apesar de não existir consenso sobre o que seja a geografia histórica, é possível identificar concordâncias importantes sobre o seu significado (BAKER, 2007). O método da geografia histórica assim foi delineado por Darby (1953, p.4): o termo geografia histórica “tem sido identificado como uma abordagem na qual os dados são históricos, mas o método de análise é geográfico. O propósito do geógrafo histórico, de acordo com essa visão, é reconstruir a geografia de tempos pretéritos”. A partir desta definição, cabe ainda a discussão sobre o que seriam “dados históricos”. Parece confortável assumir que são dados referentes a um recorte temporal específico – e, portanto, arbitrário –, incluindo períodos que podem englobar décadas ou mesmo séculos.

Após a definição de Darby (1953) acerca da natureza da geografia histórica, foram registradas grandes guinadas epistemológicas que fizeram a abordagem espaço-temporal ser vista por outros ângulos, com consequências bem profundas para a geografia. No seio da geografia, as recentes reflexões mais-que-representacionais – melhor desenvolvidas na geografia anglófona, mas com reverberações intercontinentais – são um dos resultados de desdobramentos teóricos das últimas décadas e tem se apresentado com o rótulo de “geografia do que acontece” (THRIFT, 2008; PAIVA, 2017; 2018; SILVA, 2022a; 2023a; 2023b). Neste artigo, se verá que a abordagem mais-que-representacional costumeiramente emprega métodos de persecução de atores envolvidos em redes, de modo que seja possível estabelecer as relações cotidianas entre pessoas, animais, plantas, objetos e atores elementais (como o vento ou a chuva). A partir do esclarecimento destes pressupostos, o artigo propõe uma reflexão acerca do emprego de

---

da história, há um registro muito variado do uso destes termos que se afasta desta lógica (BAKER, 2007). Essa problemática ilustra a dificuldade na organização de uma pesquisa ou mesmo na elaboração textual que remeta à interface espaço temporal, fazendo com que “em princípio, a diferença entre a história geográfica e a geografia histórica seja nublada” (BAKER, 2007, p.354). Ilustrando esta questão, J. K. Wright (1960) listou em um artigo inúmeras possibilidades de abordagens que entrelaçam a geografia e a história, evidenciando-nos a ampla dimensão que justifica as confusões semânticas sobre a(s) subdisciplina(s) que se preocupam com a interface histórico-geográfica.

<sup>2</sup> Richard Dennis (1983) sugeriu o nome “geografia humanista histórica” para o subcampo do conhecimento no qual os métodos humanistas podem ser usados para interpretar “paisagens tradicionais” (DENNIS, 1983, p.591).

metodologias mais-que-representacionais no campo da geografia histórica<sup>3</sup>, sendo o objetivo do manuscrito analisar criticamente essa possibilidade.

É muito importante apontar que, até mesmo pelo seu caráter relativamente recente como campo de estudo na geografia, a abordagem mais-que-representacional se apresenta muito diversa, com tentativas empíricas extremamente variadas. Todavia, existe alguns pressupostos que são comuns e que serão a base da nossa análise. Estes pressupostos centram-se na capacidade de exprimir as relações de atores-em-rede. Os modos aos quais estas expressões se dão ainda são alvo de experimentações e ajustes, sendo que é reconhecido o fato que as elaborações teóricas mais-que-representacionais apresentam sofisticação maior que as tentativas de aplicação do rico arcabouço em trabalhos empíricos.

Para cumprirmos o objetivo, parece-nos fundamental que o leitor deste artigo compreenda a priori as mudanças na leitura do espaço-tempo que incidiram sobre as narrativas e seu contexto epistemológico para então apreender a ascensão mais-que-representacional. Posteriormente avaliaremos criticamente pesquisas da geografia histórica que utilizam pressupostos mais-que-representacionais, com base no trabalho de Miller e Prieto (2020). Este trabalho nos inspira a pensar em questões que estão diretamente associadas ao seu objeto pesquisado, mas, concomitantemente, projeta de forma indireta questões valorosas sobre o uso mais-que-representacional na geografia histórica. Concluiremos este manuscrito com as considerações finais.

## 2 TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS QUESTIONADORAS DAS REPRESENTAÇÕES

A segunda metade do século XX passou a registrar uma avalanche de viradas: cultural, linguística, relacional, espacial, *inter alia*. Essas rupturas paradigmáticas não se deram de forma absolutamente coesa e, portanto, foram menos avassaladoras do que geralmente se supõe. Isso significa dizer que entendimentos distintos acerca dos novos paradigmas continuam convivendo.

---

<sup>3</sup> Vamos nos centrar na nomenclatura “geografia histórica” em detrimento de outras nomenclaturas semelhantes devido a sua maior utilização (BAKER, 2007).

Ademais, a própria temporalidade de seu nascedouro não é precisa; não é confortável apontar datas precisas para a ocorrência de viradas, ainda que se reconheça que algumas delas possuem obras de referências que possuem precisão temporal (a de sua publicação).

A ideia de uma “virada” – do inglês “*turn*” – significa, de fato, que certas tendências epistemológicas que romperam com pressupostos anteriores passaram a apresentar expressiva representação. Não é nosso objetivo dissertar aqui sobre a miríade de viradas do século passado, mas focar naquelas que causaram um deslocamento das metanarrativas – geralmente apresentadas como discursos estanques – em direção a uma interpretação relacional dos fatos históricos. Há similaridade neste processo com a ascensão de um modo mais-que-representacional de entendimento do arranjo dos componentes do mundo.

Destacamos inicialmente a virada cultural<sup>4</sup>; no seu seio, falou-se de um movimento mais específico chamado de virada linguística, que se centrou nos discursos, na representação social e na cultura política, com impactos notáveis nas ciências humanas (BURGESS, 1996). Todavia, Demeritt (2002) alerta que existem várias viradas linguísticas, baseadas em abordagens relevantes de distintos autores. Comumente, quando se associa a virada linguística à virada cultural, é destacada a consolidação e disseminação do pós-estruturalismo<sup>5</sup>, que muitos acreditam abrigar a noção de desconstrução que tem como grande divulgador Jacques Derrida.

A desconstrução – que não é propriamente um método – questiona a capacidade do texto em carregar toda a essência autoral. Nessa lógica, as transmissões fragmentadas das ideias evidenciam a incompletude de conceitos e argumentações, fazendo com que a ideia de verdade seja substituída pela ideia de versão<sup>6</sup>. O legado deste autor influenciou fortemente a geografia humana no trecho final do século XX (DOEL, 2005), sobretudo a nova geografia cultural, que

---

<sup>4</sup> A virada cultural possui como marca a rejeição de epistemologias positivistas e tem como ênfase os estudos sobre os significados. O pós-modernismo, pós-colonialismo e pós-estruturalismo ajudam a consolidar os seus paradigmas. A virada cultural mobilizou o complexo arcabouço que busca relacionar a antropologia, a psicologia, a linguística, a filosofia e a arte para a compreensão da cultura (ALMEIDA, 2013; PEDROSA, 2016).

<sup>5</sup> Os efeitos do pós-estruturalismo na análise espacial impactaram na desconstrução do essencialismo nas descrições. Claramente a desconstrução do essencialismo impacta também nas formas de se ver a paisagem e o lugar. As polarizações que davam ordem às descrições espaciais passaram a ser questionadas, em um extenso rol de dicotomias: o geral/específico, abstrato/concreto, nomotético/idiográfico, teórico/empírico, quantitativo/qualitativo, econômico/cultural, moderno/pré-moderno, dentre inúmeros outros binarismos (GIBSON-GRAHAM, 2004).

<sup>6</sup> Ver *As paisagens entre textos e intertextos* (SILVA, 2021).

pretendeu transcender o foco dado à materialidade pela tradicional geografia cultural<sup>7</sup> a partir da abordagem da dimensão simbólica do espaço. Os efeitos do pós-estruturalismo na análise espacial impactaram na desconstrução do essencialismo nas descrições. As polarizações que davam ordem às descrições espaciais passaram a ser questionadas, em um extenso rol de dicotomias: o geral/específico, abstrato/concreto, nomotético/idiográfico, teórico/empírico, quantitativo/qualitativo, econômico/cultural, moderno/pré-moderno, dentre inúmeros outros binarismos (GIBSON-GRAHAM, 2004).

As viradas cultural e linguística impactaram a história, trazendo reflexos muito importantes para o modo em que se dão as narrativas. O nome de Hayden White, neste particular, se associa fortemente com a virada linguística e a problematização das narrativas na história, tornando-se o “objeto predileto da ira de muitos historiadores<sup>8</sup>” (ANKERSMIT, 1998, p.185). Para White, só poderia existir uma história “sob descrição” (WHITE, 1981). As narrativas passaram a ser questionadas por serem eivadas de intencionalidades. Além disso, “a narrativa é um tipo de unidade que torna a inclusão de alguns eventos necessária e de outros irrelevantes” (MINK, 1972, p.736). White (1984) salienta ainda que a narrativa é um modo de discurso, uma maneira de falar e, também, um produto confeccionado pela adoção de um modo de discurso. Rechaçando a dicotomia entre a presença do “verdadeiro” e “falso” nas narrativas, o autor sugere que as divergências sejam expressas em outra oposição: real *versus* imaginário<sup>9</sup>.

Nesse sentido, a materialização de monumentos na paisagem tende a caducar como os textos, pois, para além de exprimirem uma interpretação do fato histórico, evidenciam uma disjunção relevante existente entre as formas presentes e passadas de sentir e pensar (EDERSON, 2019). Do ponto de vista paisagístico, um dos caminhos aos quais as rupturas epistemológicas conduziram à geografia cultural é a interpretação da paisagem como texto (ROWNTREE, 1986;

---

<sup>7</sup> Ver o icônico texto de Duncan (1980), que se apresenta como uma ruptura frente à tradição cultural saueriana.

<sup>8</sup> A ira em questão se explica pelo questionamento brutal que White propõe ao modo de propor a história. É comum perceber que o historiador possui um olhar desconfiado para a teoria da história, pois esta, sobretudo após a incorporação da virada linguística, tem estabelecido limites rigorosos quanto ao que dizer sobre o passado (ANKERSMIT, 1998).

<sup>9</sup> As narrativas podem servir como uma busca para eternizar as relações de poder em certo equilíbrio ou até mesmo desnívelá-la a favor do opressor (WALLERSTEIN, 2007). A missão civilizadora de outrora – que apresenta uma de suas materializações nas práticas orientalistas tão bem escrutinizadas por Edward Saïd (2007; 2011) – contribuiu para reduzir imagetivamente as sociedades do Oriente Médio a um espetáculo visual (RIAD; JACK, 2021), que tinha como uma das características representar o Estado colonial em uma forma temporalizada (MAWANI, 2012), suprimindo a experiência histórica.

1988; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; COSGROVE, 1990). No interior dessa lógica, os símbolos são vistos como mecanismos que controlam o fluxo de informação; não são criados acidentalmente, constituindo-se deliberadamente como meios de comunicação eficazes (ROWNTREE; CONKEY, 1980). Portanto, possuem um papel importante na articulação política (BOHOLM, 1997) e, assim, não nos causa surpresa a articulação de grupos que querem solapar seu simbolismo por meio de sua derrubada. As estátuas são alvos preferenciais daqueles que querem recontar a história (JEANS, 1988; BELL, 1999; FOOTE; TÓTH; ÁRVAY, 2000; TURAI, 2009; FOREST; JOHNSON, 2018; EVANS, 2021).

O cenário em questão, suportado pelo pós-estruturalismo e o pós-modernismo – em muitas de suas possibilidades de manifestação – contribuiu sobremaneira para a crise das representações (JACKSON, 1991; DUNCAN; SHARP, 1993; FLAHERTY, 2002; DENZIN, 2002), que expressa uma crescente descrença quanto à capacidade da linguagem em refletir à realidade (CURRY, 1991). Cultura, classe, sociedade, raça, nação, região, e uma plethora de conceitos-categorias tratada em uma perspectiva ontológica<sup>10</sup> registrou enfrentamento por parte de teóricos alinhados às perspectivas sócio-construtivistas, isto é, passaram a ser entendidos no âmbito das relações que se arranjam em torno do fenômeno que querem representar. O entendimento da leitura do arranjo das relações como meio de expressar o quadro espaço-temporal substanciou aquilo que se denomina como virada relacional [*relational turn*] (ANDERSON et. al. 2012).

No contexto da crítica à constituição das narrativas históricas e das categorias de representatividade espacial, Christian Grataloup (2006) em *Os períodos do espaço* afirmou que períodos precisam ser entendidos regionalmente. No âmbito desta afirmativa, considerou que os processos históricos que marcam determinados períodos ocorrem de forma mais clara em determinadas porções do espaço. No interior dessa lógica, o período feudal possui espacialidade. Além disso, seu confinamento espacial, mesmo que com pretensão de capturar apenas um frame em meio ao arranjo de relações de uma temporalidade limitada<sup>11</sup>, é arbitrário. Barros (2022)

---

<sup>10</sup> Sobre as desconstruções dos conceitos-categorias, considerar o texto de Mitchell (1995) sobre cultura, Thompson (1987) e Silva e Costa (2020) sobre classe, Wolf (1988) sobre sociedade, Gilroy (1998) sobre raça, Anderson (2008 [1983]) sobre nação e Agnew (1999) sobre região.

<sup>11</sup> Silva, Costa e Silva (2021) defendem a apreensão dos períodos a partir do arranjo de relações.

constrói crítica similar ao dizer que, no campo da história, ocorre uma tentação analítica de generalizar grandes espaços a partir de processos que supostamente seriam idênticos<sup>12</sup>.

Como vimos, as grandes guinadas epistemológicas atingiram o âmago da geografia e da história. As desconstruções conceituais e descrença quanto às narrativas e outras formas de representação exigem um entendimento interdisciplinar quanto aos efeitos – sobretudo em âmbito epistemológico – que se acometeram nas disciplinas. A priori, parece ser um cuidado naturalizado que não desafia o pesquisador geohistórico; todavia, as tradições ligadas à subdisciplina apontam ao contrário, já que se trata de uma crítica recorrente o fato de que os grandes nomes associados à geografia histórica – como Sauer, Clark, Darby e Meinig – não se preocuparem com profundidade em relação às grandes temáticas do conhecimento histórico. Como resultado, observa-se na tradição da geografia histórica a construção de narrativas essencialmente a-históricas, o que é, de fato, um paradoxo (GUELKE, 1997; OGBORN, 1999).

### 3 A ASCENSÃO MAIS-QUE-REPRESENTACIONAL

Os pressupostos ligados à instabilidade dos significados, ao social-construtivismo e à influência da teoria ator-rede (TAR) ajudaram a construir – na segunda metade da década de 1990 e no âmbito da geografia – a abordagem mais-que-representacional. Tal abordagem gravitou em torno do acrônimo TNR – teorias não-representacionais –, mas logo passou a ter a nomenclatura questionada por aqueles que acreditam que a representação, apesar de não ser um fim em si mesmo enquanto relato objetivo da realidade, são relevantes na composição de redes de afeto (LORIMER, 2005). O uso de um vocabulário específico e pouco familiarizado com a maioria dos geógrafos causa estranhamento em um contato à *prima facie* frente ao arcabouço teórico mais-que-representacional (SEEMANN, 2015); soma-se, no caso da língua portuguesa, um volume relativamente pequeno de trabalhos geográficos dedicados à sua epistemologia e empiria, ainda que nos últimos anos seja possível notar certo crescimento.

---

<sup>12</sup> Se falarmos de generalizações espaciais, consideramos uma geografia suprimida (SILVA, 2018a); se falarmos do tempo eternizado, consideramos a supressão da experiência histórica (SILVA, 2018b). Generalizações espaciais e tempos eternizados trabalham confortavelmente em associação, sendo veículos da distorção do espaço-tempo.

Este artigo pretende se apresentar como um passo mais avançado do que a apresentação das nuances epistemológicas das TNR/geografias mais-que-representacionais, visto que tal assunto já foi bem sabatinado em publicações em língua portuguesa, como em Paiva (2017; 2018) e Silva (2022a; 2023). É importante que seja feita essa consideração para que se entenda que buscaremos ser breves ao fazermos o sobrevoo teórico, contando, inclusive, com o apoio de notas de rodapé que nos auxiliarão quanto aos conceitos que povoam o arcabouço teórico mais-que-representacional e suas especificidades.

A abordagem mais-que-representacional é vista como um conjunto de perspectivas de abordar fenômenos que acreditam que a compreensão das relações entre homens, animais, plantas, objetos e forças elementais são soluções teóricas para abordagens tradicionais que tinham as representações como meio e finalidade discursiva. Nigel Thrift (2000), nome ligado ao desenvolvimento seminal das chamadas TNR, preferiu chamar os trabalhos identificados com estes pressupostos como portadores de um estilo não-representacionista – ou mais-que-representacionista (inserção nossa) – rejeitando o rótulo de corrente de pensamento ou de subdisciplina.

Na abordagem mais-que-representacional, é comum o uso dos conceitos de *assemblage*<sup>13</sup>, *afeto*<sup>14</sup>, *performance*<sup>15</sup> e *affordances*<sup>16</sup>. Ao mesmo tempo em que estes conceitos podem criar um distanciamento para os não iniciados, mostram um grande potencial de abrigar em uma só palavra

---

<sup>13</sup> *Assemblage* é uma coleção de relações envolvendo entidades heterogêneas e que perduram durante algum tempo (MÜLLER; SCHURR, 2016). Por isso, possui escala variável e é efêmera por concepção. O conceito em questão reforça a ideia de que a vida só pode ser compreendida se analisada de forma emaranhada com elementos não-humanos (CASTREE; NASH, 2006; PITT, 2015).

<sup>14</sup> Afeto é um conceito elusivo, apesar de ser central para a perspectiva mais-que-representacional (BONDI, 2005; BARNETT, 2008). Trata-se de um meio intangível de impactar atores-em-rede e de ser, ao mesmo tempo, impactado (ANDERSON, 2016). Os veículos do afeto – como as representações – podem ser tangíveis; todavia, o próprio afeto não é. Apresenta-se duplamente localizado: primeiramente, no campo relacional em-entre [*in-between*] corpos e, segundo, no nível abaixo da consciência intencional (BARNETT, 2008). Nigel Thrift (2004) argumenta que a descoberta de novos meios de praticar o afeto é também a descoberta de um novo meio de manipulação por parte dos poderosos.

<sup>15</sup> Afeto e *performance* são conceitos que precisam ser vistos em conexão, pois, “as dinâmicas afetivas são vistas como dispositivos para que o corpo possa performar certas ações, incluindo o discurso” (HUTTA, 2015, p.296). Nesse sentido, a *performance* é a materialização do afeto, permitindo que, no âmbito da teoria, chamemos as ações performáticas de práticas corporificadas [*embodied practices*] (ANDERSON, 2017).

<sup>16</sup> *Affordances* designa “a qualidade de um objeto que convida e permite que se faça algo com ele” (INGOLD, 2012, p.28). Parte-se da crença de que as pessoas podem agir sobre os objetos que as circundam e, então, “os objetos “agem de volta” e fazem com que elas façam ou permitem que elas alcancem aquilo que de outro modo não conseguiriam” (INGOLD, 2012, p.33). Assim, o motorista é mais-que-simplesmente-um-homem e também é mais-que-um-carro (EDERSON, 2003), situação similar ao praticante de tênis e sua raquete, ou o cavaleiro e seu cavalo.

ideias bastante complexas e que são difíceis de serem expressas em uma interlocução. Esses quatro conceitos acabam ilustrando os principais pressupostos das TNR: o fato de que elementos heterogêneos – humanos e não-humanos – estão envolvidos em arranjos relacionais estáveis e que se afetam mutuamente, interferindo na sua performance e estabelecendo associações que permitem potencializar sua agência. O afeto em rede não pode ser visto como apartado da *performance*; além disso – tal como a trajetória berqueniana (BERQUE, 2017 [2016]) – as ações dos elementos em rede acabam interferindo no plano das ideias que, de retorno, interferem na dimensão performática.

Do ponto de vista metodológico, a influência da teoria Ator-Rede (TAR) se faz notar. O conselho de Bruno Latour (1996) de levantar as relações cotidianas de atores-em-rede é observado em muitos trabalhos<sup>17</sup> e é destacado por Thrift (2008). Tal perspectiva ajuda a construir a ideia de que a perspectiva mais-que-representacional é a geografia do que acontece (SILVA, 2022a). Temos neste ponto a motivação para o ponto de questionamento deste artigo: se os métodos mais-que-representacionais apoiam-se em persecuções cotidianas de atores-em-rede, seria impossível a consideração do seu arcabouço teórico para a geografia histórica, ou, mesmo fora deste rótulo, para o estudo de determinadas temporalidades limitadas por certas espacialidades? Esta é a reflexão que se dá início no próximo tópico.

#### 4 GEOGRAFIA HISTÓRICA MAIS-QUE-REPRESENTACIONAL

Os geógrafos históricos estavam inicialmente incertos quanto à utilidade da TNR – portanto, quanto à abordagem mais-que-representacional – cientes de que sua subdisciplina é consistentemente dependente de evidências representacionais (SLATTER, 2023). Como vimos, a abordagem mais-que-representacional não equivale a uma crítica das representações em si mesmas, mas à ideia de que as representações são espelhos estáticos da realidade ao invés de agenciamentos ativos geradas pelos atores-em-rede. Griffin e Evans (2008) destacam que, recentemente, estudos de geografia histórica tem apresentado de forma crescente a ideia de que o passado pode ser montado a partir do levantamento de práticas corporificadas que são específicas

---

<sup>17</sup> São alguns dos exemplos os trabalhos de Hitchings (2003), Anderson (2005), Bissel (2009), Engelmann (2015) e Adams-Hutcheson (2019).

de certa área de estudo. As práticas corporificadas são as performances que são produzidas a partir da afetividade em rede. Todavia, os autores destacam que essas performances são sempre abertas a uma multiplicidade de interpretações diferentes. Por exemplo, um batismo na Inglaterra do século XVIII pode evocar associações bíblicas para alguns participantes, mas para outros representar uma necessidade premente de se adequar às expectativas da comunidade. Como sugere o conceito de *habitus* de Bourdieu, nossa vida cotidiana é guiada pelos princípios da improvisação regulada em vez de um sistema rígido de regras (GRIFFIN; EVANS, 2008).

O foco nas práticas corporificadas do passado nos conduz a trabalhos similares aos que são feitos na antropologia. Já a questão da versão da narrativa é uma preocupação que atinge qualquer levantamento das práticas dos tempos idos, inclusive àquelas de um pretérito recente, que poderia substanciar a geografia das relações cotidianas. A intermediação de narrativas e a proposição de distintas possibilidades de explicar os arranjos entre humanos e não-humanos parece ser um caminho para evitar as tentações de criação de grandes narrativas que coisificam coletividades ignorando variações identitárias (SILVA, 2022b).

Tem sido utilizada a expressão “etnografia espectral” para se referir aos métodos mais-que-representacionais aplicados à geografia histórica (ARMSTRONG, 2010). Philip Vannini (2015) destacou que o crescimento do interesse do geógrafo em busca do entendimento etnográfico se deve, em parte, pela ascensão da abordagem mais-que-representacional. Particularmente, a etnografia espectral foca em espaços abandonados, isolados e escassamente povoados. Estas características específicas de ocupação de certos espaços faz com que os ambientes estudados não sofram com o acúmulo contínuo e rápido de registros materiais, condição que é inevitável nos casos dos espaços densa e continuamente ocupados (ARMSTRONG, 2010). As impressões espectrais no tempo e no espaço são visíveis (artefatos, ecofatos) e invisíveis (ressonâncias, memórias); em espaços vazios, há presenças de pessoas e objetos mesmo quando eles se foram. O estudo desses espaços e suas presenças acumuladas é a essência da etnografia espectral. Esta forma de etnografia é uma prática que examina espaços e objetos como coleções de textos culturais acumulados e em camadas que se desenvolveram ao longo tempo. Assim como um arqueólogo pode remontar os cacos de uma panela de barro para formar o todo, uma imagem espectral etnógrafo reúne histórias de vidas humanas outrora vividas através dos fragmentos e ressonâncias que ficam para trás (ARMSTRONG, 2010).

Na etnografia espectral, os registros do que foi abandonado podem trazer informações preciosas somente se nós estivermos dispostos a ouvir. A capacidade dedutiva é do pesquisador é aflorada e desafiada à medida que as fontes documentais evidenciam possibilidades de correlações e interdependências entre pessoas, objetos, animais e plantas. A dedução torna-se primordial porque os registros daquilo que restam são tão significativos quanto aquilo que desapareceu ou não foi encontrado. Em um exemplo pueril, é de se imaginar que caixas de creme de barbear e bisnagas gastas podem ter sido encontradas em uma área de estudo, mas não as lâminas. Se, por acaso, forem encontrados pequenos espelhos portáteis, a dedução ganha fora explicativa por plausibilidade. Assim, por meio da busca de associações mais complexas, as hipóteses vão ganhando robustez.

A etnografia espectral é uma maneira de olhar para a cultura como uma rede de ressonâncias, ecos, presenças e outras acumulações espectrais que existem fora do domínio do presente e manifestações imediatamente aparentes de cultura (ARMSTRONG, 2010). É importante estar aberto a este deslocamento temporal da interpretação, que ajuda compreender o aparente absurdo do monumental palácio de Versalhes não possui banheiros (GOMES, 2008). Como qualquer pesquisa historiográfica, ter em mente que o passado é um país estrangeiro é uma virtude (LOWENTHAL, 2015 [1985]). Acrescenta-se que a “subjetividade não significa ausência de teoria” e que “as teorias permeiam a escrita das narrativas” (WISHART, 1997, p.115) visto que a tomada de decisões sobre a linguagem adotada e o que incluir e ignorar na escrita histórica demandam reflexões teóricas.

Nas duas últimas décadas foi desenvolvido um campo de estudo mais-que-representacional chamado de geografias espectrais. Este campo tem ganhado repercussão e paulatina adesão<sup>18</sup> (CAMERON, 2008), por isso, julgamos ser importante situarmos a discussão frente ao conceito. Fala-se que as geografias espectrais distorcem as percepções do espaço-tempo (MADDERN; ADEY, 2008); isto se deve ao fato de que a leitura espacial do campo de estudo é realizada a partir do impacto de presenças e ausências em um dado lugar ao longo da passagem do tempo. A experiência do espaço e do lugar, nos pressupostos da geografia espectral, é sempre

---

<sup>18</sup> Uma edição especial da prestigiosa revista *Cultural Geographies* dedicou-se a abordar as geografias espectrais, dando enfoque no papel da ausência como fator relevante da interpretação geográfica. Os autores expressaram no editorial que a edição especial “propõe melhorar a compreensão de como lembranças de coisas passadas e pessoas que se foram interferem em realizações presentes”, e, portanto, a edição em questão “demonstra a relevância da ausência em sua dimensão social e espacial” (MEIER; FRERS; SIGVARDSDOTTER, 2013, p.423).

assombrada pela espaço-temporalidade não coincidente, na qual passado e futuro participam de maneira imprevisível (MCCOMARCK, 2010). Vale ressaltar que há, no âmbito desta perspectiva, uma diferença substancial frente ao presentismo, que analisa o passado e o futuro por meio de lentes do presente. No presentismo, somente o tempo hodierno seria real, pois momentos no passado e no futuro somente existem se forem compreendidos pelo presente (ASH; GORDON, 2023).

Existem diferenças consideráveis entre a etnografia espectral e a geografia espectral. Primeiro, a etnografia espectral está mais associada a um método de pesquisa, enquanto que a geografia espectral a um campo de teorização. Ainda que método de pesquisa e teorização possuam congruências é possível fazer estas aproximações. Segundo, a geografia espectral preocupa-se com o impacto de temporalidades distintas – futuro e passado – sobre outra temporalidade precisa. Fala-se na teoria que o recorte temporal a ser analisado é o presente, mas, do ponto de vista teórico, qualquer ponto do tempo pode utilizar o jogo de presenças e ausências que envolve tempos pretéritos ou futuros relativos a ele. Terceiro, as etnografias espectrais focam na montagem de *assemblages* de determinada espaço-temporalidade, sem a preocupação de ressaltar o aninhamento de temporalidades que incidem sobre o lugar. Quarto, as etnografias espectrais se candidatam a ser aplicadas em típicos não-lugares (CRANG, 2002; BARTOLY, 2011) ou deslugares<sup>19</sup> (RELPH, 1976) enquanto que as geografias espectrais são ousadas: tratam-se de uma chave de interpretação do espaço como um todo.

A pesquisa de Miller e Prieto (2020) foi uma forma muito eficaz de transformar o caldeirão teórico mais-que-representacional em uma aplicação empírica. Os autores em questão abordaram o forte Henry, uma estrutura que hoje se apresenta como ruína, situado em uma posição estratégica de defesa para a perspectiva territorial chilena e que estava em operação durante os anos 1980. Os autores realizaram trabalho de campo na área estudada e utilizaram objetos presentes na ruína para fazer a montagem de arranjos relacionais heterogêneos [*assemblages*] pretéritos. Os objetos, apresentados em pequenas coleções, dialogam mutualmente

---

<sup>19</sup> Deslugar e não-lugar são utilizados como sinônimos, apesar de deslugar denotar processo e não-lugar uma condição. Em comum, deslugares e os não-lugares são espaços desprovidos de afetividade (MELLO, 2008). No caso das etnografias espectrais, a busca é pela montagem da rede de afeto pretérita, pois o alvo da pesquisa é um lugar que foi deslugarizado.

frente aos demais atores-em-rede presente nas *assemblages*. Na leitura do artigo, percebemos que a força da interpretação de Miller e Prieto (2020) estava diretamente associada à capacidade de associar as funcionalidades e inter-relações entre os elementos encontrados. Tal como em um trabalho etnográfico/arqueológico, as peças foram apresentadas com identificação de escala e com fundo neutro.

Dentre as inúmeras peças encontradas, destacamos aqui a escova e as latas de graxa, que evidenciam por plausibilidade a disciplina dos soldados isolados na erma fortificação. Apesar da distância frente às profundas relações sociais estabelecidas socialmente, os militares destacados para a missão permaneciam com sua rotina que envolvia o uso de calçados lustrados. Parece ser essa uma evidência da força das tradições militares sobre o desempenho dos soldados.



**Figura 1: Alguns dos objetos encontrados nas ruínas do Forte Henry: escova e graxa**  
Fonte: Miller e Prieto (2020)

A possibilidade do contraditório reside, dentre outras possibilidades, na quantidade expressiva de tampas de pisco, bebida alcóolica regional feita à base da fermentação de uva. Talvez fosse essa uma válvula de escape para as jornadas solitárias dos militares, mas cabe também a interpretação de que o rigor e a disciplina dos militares não eram tão firmes. Para lidar

com essas contradições, o aconselhável é buscar o maior número possível de fontes para que seja possível compreender as possibilidades afetivo-performáticas dos agentes-em-rede.

Outras hipóteses são levantadas como o apoio norte-americano ao exército chileno, à medida que provimentos associados à comida de guerra americana foram encontrados. O achado destes suprimentos permite falarmos de uma geopolítica corporificada [*embodied geopolitics*], quando as relações entre Estados manifestam-se nas relações muito concretas dos atores-em-rede com o mundo não-humano.

O trabalho de Miller e Prieto também apresentou outros métodos de pesquisa complementares para a montagem de *assemblages* pretéritas<sup>20</sup>. Apesar do forte Henry se apresentar como ruína, o seu entorno possui pequenos povoados de base rural e que serviu como fonte de entrevistas de moradores de idade acima da sexta década de vida – que puderam conviver regionalmente com a edificação militar – e seus descendentes. De acordo com as entrevistas realizadas, os soldados ligados ao forte roubavam animais de pastores – como lhamas, ovelhas, cabras e coelhos – para completar sua dieta (MILLER; PRIETO, 2020).



**Figura 2: Alguns dos objetos encontrados nas ruínas do Forte Henry: tampas de garrafas de pisco**  
Fonte: Miller e Prieto (2020)

<sup>20</sup> É importante apontar que os usos e fontes utilizadas para contemplar as *assemblages* nos estudos geográficos têm apresentado expressiva variação (MCFARLANE, 2009).

Outro achado interessante é o registro do nome Cláudia, riscado em rochas em diversas posições próximas ao forte. Gravado com baioneta ou faca, em uma das ocasiões estava ao lado do nome Luís, sendo que a gravação trazia a data de 1983. É provável que a ausência de Cláudia tenha afetado um soldado ao ponto de motivá-lo a performar e modificar seu ambiente próximo, causando uma inscrição na rocha (MILLER; PRIETO, 2020).

O trabalho de Miller e Prieto (2020) nos leva a considerar algumas questões ligadas ao campo de pesquisa da geografia histórica que utiliza métodos mais-que-representacionais. A primeira questão se deve ao fato de que as eventuais fraquezas da pesquisa são similares aos pontos muitos sensíveis debatidos pela teoria da história, seja quanto à arbitrariedade ou insuficiência de fontes, seja quanto o teor da narrativa. Desta forma, as críticas centradas ao estudo do passado mais-que-representacional devem ser debatidas no âmbito de qualquer historiografia. A segunda questão é com relação à diversidade metodológica: contando com o fato das relações entrecruzadas envolvendo atores em rede darem força às narrativas e, considerando a possibilidade do investigador enfrentar escassez de fontes para a montagem de *assemblages* pretéritas, vemos como um fato positivo a complementariedade da pesquisa com métodos adicionais, tais como as entrevistas atuais acerca do passado realizada com atores atualmente impactados pela espaço-temporalidade investigada, como se viu em Miller e Prieto (2020).

A terceira questão é sobre o foco da geografia histórica mais-que-representacional. Comparativamente a Miller e Prieto (2020), Daves e Faccio (2021) deslocaram o foco narrado de sua investigação. Preocupados com a paisagem pretérita no sítio arqueológico de Piraju, no estado de São Paulo, os autores investigaram fragmentos cerâmicos e padrões do assentamento da aldeia a partir do levantamento de núcleos de solos antropogênicos, o que lhes permitiu caracterizar nuances do comportamento social daqueles que um dia ocuparam o aldeamento. Daves e Faccio (2021) trabalharam com uma escala temporal muito diferente da trabalhada por Miller e Prieto (2020) e, portanto, seu trabalho esteve muito distante da montagem de histórias de vida a partir das relações entrecruzadas de atores. Cabe o registro de que, quando o recuo temporal é muito expressivo em comunidades que não dominavam a escrita, as informações – mesmo generalizadas – crescem em valor. O mesmo detalhamento de informações em Daves e Faccio (2021) seria inapropriado para o contexto de Miller e Prieto (2020). Este fato nos leva a

pensar que não existem somente abordagens de Daves e Faccio (2021) em um extremo e Miller e Prieto (2020) em outro: é plausível considerar gradações entre as duas abordagens que vão demandar ajustes bem específicos na metodologia de pesquisa e também nas formas de narrativa adotadas pelo pesquisador.

A quarta questão é quanto ao alvo da pesquisa da geografia histórica mais-que-representacional. O campo de pesquisa possui viés mais-que-humano, descentrando o sujeito como objeto de investigação específico do pesquisador. Assim, as combinações envolvendo humanos e não-humanos tornam-se o alvo preferencial da pesquisa. Seriam as coletividades ou as identidades o foco da investigação mais-que-representacional? Esta é uma pergunta capciosa. Pensamos que a resposta mais confortável é: as coletividades e as identidades se envolvem e ajudam a construir possibilidades do viver, que são muitas. Assim, narrativas coletivas que constroem ontologias de classe negligenciam os percursos individuais; por outro lado, relatos centrados especificamente em certos sujeitos não dão conta de serem representativos das experiências que incidem sobre o lugar. Vemos, assim, que distinções pronunciadas entre os registros afetivos e performáticos dos atores-em-rede não devem perturbar o investigador. Ademais, é importante considerar que os atores que compõem as *assemblages* não podem ter suas funções reduzidas na participação do todo, visto que, sem dúvida, tais atores participam de múltiplos “todos” em um dado momento (DITTMER, 2013). Em suma, é possível dizer que *assemblage* é uma nomenclatura que alude a um conjunto de trajetórias que se cruzam ou se engajam em diferentes extensões no espaço-tempo (FEATHERSTONE, 2011); essas trajetórias vão muito além dos domínios de uma *assemblage*, penetrando em outros campos relacionais.

A quinta questão que destacamos é o fato da pesquisa mais-que-representacional aplicada à geografia histórica subverter a lógica espaço-temporal-transcendente das pesquisas que buscam ir além da representação. Isso se deve pelo fato do objeto de investigação ser confinado – à critério do pesquisador – a certo espaço e a dado período de tempo. Pode-se pensar que toda *assemblage*, mesmo aquelas pensadas hodiernamente, também se porta como uma fotografia, com delimitações no espaço-tempo. Todavia, a concepção da *assemblage* – que inclui a sua montagem por meio dos métodos de levantamento das interrelações entre atores-em-rede – já concebem a efemeridade e desvencilham da busca por consensos ou grandes explicações que dariam conta de narrar objetivamente o arranjo mais-que-humano estudado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo propôs uma reflexão acerca da viabilidade da abordagem mais-que-representacional aplicada à geografia histórica. O tema é relevante porque, como foi dito, os estudos historiográficos tem uma tradição firme na dependência de evidências representacionais (SLATTER, 2023). *Ipsa facto*, pressupostos mais-que-representacionais criam desconforto para as historiografias, o que encontra exemplo em Hayden White e suas teorizações que problematizam as narrativas históricas. O autor têm sido, desde a disseminação de suas ideias, alvo da crítica de uma parcela dos historiadores (ANKERSMIT, 1998). A aplicação de pressupostos mais-que-representacionais na subdisciplina geografia histórica é recente e enfrenta questões que procuramos refletir neste artigo.

Concluimos que paradoxalmente as estratégias mais-que-representacionais aplicadas no estudo da geografia histórica acabam por criar um cenário estanque no qual os arranjos das relações entre atores-em-rede compõem uma tela-*assemblage* petrificada que pouco informa sobre a fluidez afetiva-performática daqueles que participam da teia de relações. Faz-se necessário que a abordagem da geografia histórica – uma vez fiel aos pressupostos mais-que-representacionais – se desloque dos vícios da narrativa objetiva e apresente os dados das relações como possibilidades de arranjos efêmeros e não como situações que sugerem permanências que não podem ser sustentadas pelas fontes que traduzem situações temporalmente localizadas.

Vemos como desafio adicional à empreitada aqui analisada o fato das teorizações mais-que-representacionais pressuporem que atores participam de várias *assemblages* ao mesmo tempo. Na pesquisa de viés histórico, a busca por essas relações entrecruzadas pode ser muito desafiadora. A pesquisa, espacial e historicamente localizada, precisaria deslocar-se espacialmente a outros espaços no mesmo tempo investigado de modo a contemplar outros arranjos relacionais. Em tempos hodiernos, investigações de apelo (pós)fenomenológico – que incluem entrevistas – podem mitigar essas problemáticas, ao passo que na pesquisa histórica é ressaltado o fato de que “os mortos não respondem questionários” (BAKER, 1997).

É importante ser apontado que as diferenças na escala temporal interferem sensivelmente nos métodos de pesquisa e na forma pela qual se edificam as narrativas históricas, como se viu na comparação entre Daves e Faccio (2021) e Miller e Prieto (2020). Parece-nos que o desafio mais-

que-representacional aumenta quando se recua no tempo: a diminuição da disponibilidade e qualidade das fontes de pesquisa e tende a conduzir as narrativas históricas para o objetivismo descritivo.

O potencial da abordagem mais-que-representacional centra-se na capacidade de transcender a ontologia representacional, criando perspectivas suficientemente críticas para abalar as metanarrativas. Todavia, mesmo as abordagens contemporâneas enfrentam descompassos entre as teorizações e o empirismo. Trabalhos teóricos mais-que-representacionais parecem destrinchar com acuidade a “geografia do que acontece”. Todavia, as tentativas empíricas parecem se apresentar menos confortáveis do que a aparente segurança epistemológica. Aplicar os pressupostos mais-que-representacionais em pesquisas históricas é um passo adicional em uma empiria sequer confortavelmente alojada em abordagens hodiernas. Todavia, visto que as abordagens mais-que-representacionais possuem potencialidades latentes, é salutar encorajar os empreendimentos empíricos.

Encontramos em Phillip Vannini (2015) uma síntese do que pensamos: as tentativas mais-que-representacionais brotaram em meio a vontade incontrolável de experimentar, falhar e aperfeiçoar. Por isso, é desejável que os interessados em transcender os limites do representacionalismo quebrem regras, pensem, sintam e escrevam de maneira não-convencional. Nesse sentido, nunca devem ter medo de ser um pouco irritantes.

## REFERÊNCIAS

- ADAMS-HUTCHESON, Gail. Farming in the troposphere: drawing together affective atmospheres and elemental geographies. **Social & Cultural Geography**, v.20, i.7, p.1004-1023, 2019.
- AGNEW, John. Regions on the mind does not equal regions of the mind. **Progress in Human Geography**, v.23, i.1, p.91-96, 1999.
- ALMEIDA, Maria Geralda de. Fundamentações teóricas e perspectivas na geografia cultural. **Geografia e Pesquisa**, v.7, n.2, p.28-43, 2013.
- ANDERSON, Ben. Practices of judgement and domestic geographies of affect. **Social & Cultural Geography**, v.6, n.5, p.645-659, 2005.
- ANDERSON, Ben. Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.24, p.733-752, 2016.

- ANDERSON, Ben. Affect. (In): **The International Encyclopedia of Geography: people, the Earth, Environmental and Geography**, John Wiley & Sons, p.1-3, 2017
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Hayden White's appeal to the historians. **History & Theory**, v.37, i.2, p.182-193, May, 1998.
- ARMSTRONG, Justin. On the Possibility of Spectral Ethnography. **Cultural Studies, Critical Methodologies**, v.10, n.3, p.243-250, 2010.
- ASH, James; GORDON, Rachel. Geographies of the event? Rethinking time and power through digital interfaces. **Cultural Geographies**, v.30, i.1, p.3-18, 2023.
- BAKER, Alan R. H. (*et. al.*). The Future of the Past. **Area**, v.1, n.4, p.46-51, 1969.
- BAKER, Alan R. H. An historico-geographical perspective on time and space and on period and place. **Progress in Human Geography**, v.5, i.3, p.439-443, September, 1981.
- BAKER, Alan R. H. "The dead don't answer questionnaires": Researching and writing historical geography. **Journal of Geography in Higher Education**, v.21, n.2, p.231-243, 1997a
- BAKER, Alan R. H. Classifying Geographical History. **The Professional Geographer**, v.59, n.3, p.344-356, 2007.
- BARNETT, Clive. Political affects in public space: normative blind-spots in now-representational ontologies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.33, n.2, p.186-200, April, 2008.
- BARTOLY, Flávio. Debates e perspectivas do lugar na geografia. **Geografias**, v.13, n.26, p.66-91, 2011.
- BELL, James. Redefining national identity in Uzbekistan: symbolic tensions in Tashkent's official public landscape. **Cultural Geographies**, v.6, n.2, p.183-213, 1999.
- BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v.7, n.2, p.4-16, Inverno, 2017.
- BISSELL, David. Obdurate pains, transient intensities: affect and the chronically pained body. **Environment and Planning A**, v.41, i.4, p.911-928, April, 2009.
- BOHOLM, Asa. Reinvented Histories: Medieval Rome as Memorial Landscape. **Cultural Geographies**, v.4, n.3, p.247-272, 1997.
- BONDI, Liz. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.30, n.4, p.433-448, December, 2005.
- BURGESS, Jacquelin. Editorial. **Landscape Research**, v.21, n.1, p.5-12, 1996.
- CAMERON, Emilie. Cultural geographies essay: indigenous spectrality and the politics of postcolonial ghost stories. **Cultural Geographies**, v.15, i.3, p.383-393, 2008.
- CASTREE, Noel; NASH, Catherine. Editorial: Posthuman geographies. **Social & Cultural Studies**, v.7, n.4, p.501-504, August, 2006.

- CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v.94, p.1-11, 2016.
- COSGROVE, Denis. ...Then we take Berlin: cultural geography 1989-90. **Progress in Human Geography**, v.14, i.4, p.560-568, December, 1990.
- COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v.19, n.2, p.95-101, June, 1987.
- CRANG, Mike. Commentary: Between Places: Producing Hubs, Flows and Networks. **Environmental and Planning A**, v.34, i.4, p.569-574, 2002.
- CURRY, Michael. Postmodernism, Language, and the Strains of Modernity. **Annals of the Association of American Geographers**, v.81, n.2, p.210-228, 1991.
- DARBY, H. C. On the Relations of Geography and History. **Transactions and Papers (Institute of British Geographers)**, n.19, p.1-11, 1953.
- DAVES, Larissa Figueiredo; FACCIO, Neide Barrocá. Arqueologia da Paisagem pelo viés geossistêmico: Sítio Arqueológico Piracanjuba, Município de Piraju-SP. **Sociedade e Natureza**, v.33, p.1-14, 2021.
- DENNIS, Richard. Rethinking historical geography. **Progress in Human Geography**, v.7, i.4, p.587-594, December, 1983.
- DENZIN, Norman K. Confronting ethnography's crisis of representation. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.31, n.4, p. 482-484, August, 2002.
- DEMERRITT, David. What is the "social construction of nature? A typology and sympathetic critique. **Progress in Human Geography**, v.26, i.6, p.767-790, 2002.
- DITTMER, Jason. Geopolitical assemblages and complexity. **Progress in Human Geography**, v.38, i.3, p.385-401, September, 2003.
- DOEL, Marcus A. Deconstruction and Geography: Settling the Account. **Antipode**, v.37, i.2, p.246-249, March, 2005.
- DUNCAN, James. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.70, n.2, p.181-198, June, 1980.
- DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D. Society and Space**, v.6, p.117-126, 1988.
- DUNCAN, Nancy; SHARP, Joanne P. Confronting representation(s). **Environmental and Planning D**, v.11, i.4, p.473-486, August, 1993.
- EARLE, Carville. Historical geography in extremis? Splitting personalities on the postmodern turn. **Journal of Historical Geography**, v.21, n.4, p.455-459, 1995.
- EDENSOR, Tim. Defamiliarizing the Mundane Roadscape. **Space & Culture**, v.6, n.2, p.151-168, May, 2003.
- EDENSOR, Tim. The haunting presence of commemorative statues. **Ephemera Journal**, v.19, n.1, p.53-76, 2019.

- ENGELMANN, Sasha. More-than-human affinitive listening. **Dialogues in Human Geography**, v.5, n.1, p.76-79, 2015.
- EVANS, Sara Z. The Removal of Confederate Monuments: reflections on Power and Privilege in Shared Spaces. **Social Science Quarterly**, v.102, i.3, p.1044-1055, May, 2021.
- FEATHERSTONE, David. On assemblage and articulation. **Area**, v.43, i.2, p.139-142, 2011.
- FLAHERTY, Michael G. The crisis in representation: a brief history and some questions. **Journal of Contemporary Ethnography**, v.31, n.4, p. 479-482, August, 2002.
- FOOTE, Kenneth E; TÓTH, Attila; ÁRVAY, Anett. Hungary after 1989: Inscribing a new past on place. **The Geographical Review**, v.90, n.3, p.301-334, 2000.
- FOREST, Benjamin; JOHNSON, Juliet. Confederate monuments and the problem of forgetting. **Cultural Geographies**, v.26, i.1, p.127-131, August, 2018.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. Area studies after poststructuralism. **Environmental and Planning A**, v.36, i.3, p.405-419, 2004.
- GOMES, Paulo César da Costa. “Versalhes não tem banheiros!” As vocações da geografia cultural. **Espaço e Cultura, UERJ**, edição comemorativa, p.175-183, 2008.
- GRIFFIN, Carl J.; EVANS, Adrian B. Embodied practices in historical geography: on Historical Geographies of Embodied Practices and Performance. **Historical Geography**, v.36, p.5-16, 2008.
- GUELKE, Leonard. The relations between geography and history reconsidered. **History and Theory**, v.36, n.2, p.216-234, May, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires e Niterói: Clacso e Universidade Federal Fluminense, 2021.
- HITCHINGS, Russell. People, plants and performance: on actor network theory and the material pleasures of the private garden. **Social & Cultural Geography**, v.4, n.1, p.99-114, 2003.
- HUTTA, Jan Simon. The affective life of semiotics. **Geographica Helvetica**, v.70, i.4, p.295-309, October, 2015.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos em um mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n.37, p.25-44, Jan./Jun., 2012.
- JACKSON, Peter. Guest Editorial: The crisis of representation and the politics of position. **Environmental and Planning D, Society and Space**, v.9, p.131-134, 1991
- JEANS, D. N. The first world war memorials in New South Wales: centres of meaning in landscape. **Australian Geographer**, v.19, n.2, p.259-267, 1988.
- LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. **Soziale Welt**, v.47, i.4, p.369-381, 1996.
- LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being “more-than-representational”. **Progress in Human Geography**, v.29, i.1, p.83-94, 2005.

- LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country**. New York: Cambridge University Press, 2015.
- MADDERN, Jo Frances; ADEY, Peter. Editorial: spectro-geographies. **Cultural Geographies**, v.15, p.291-295, 2008.
- MAWANI, Renisa. Specters of indigeneity in British-Indian Migration, 1914. **Law & Society Review**, v.46, n.2, p.369-403, 2012.
- MCFARLANE, Colin. Translocal assemblages: Space, power and social movements. **Geoforum**, v.40, i.4, p.561-567, July, 2009.
- MCCOMARCK, Derek P. Remotely Sensing Affective Afterlives: The Spectral Geographies of Material Remains. **Annals of the Association of American Geographers**, v.100, n.3, p.640-654, 2010.
- MEIER, Lars; FRERS, Lars; SIGVARDSDOTTER, Erika. The importance of absence in the present: practices of remembrance and the contestation of absences. **Cultural Geographies**, v.20, i.4, p.423-430, 2013.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. **Espaço e Cultura, UERJ**, edição comemorativa, p.167-174, 2008.
- MILLER, Jacob C; PRIETO, Manuel; VILA, Xurxo M. Ayán. The geopolitics of presence and absence at the ruins of Forty Henry. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.39, i.1, p.139-157, 2020.
- MINK, Louis O. Interpretation and Narrative Understanding. **The Journal of Philosophy**, v.69, n.20, p.735-737, November, 1972.
- MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, new series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.
- MÜLLER, Martin; SCHURR, Carolin. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v.41, i.3, p.217-229, July, 2016.
- OGBORN, Miles. The relations between geography and history: work in historical geography in 1997. **Progress in Human Geography**, v.23, i.1, p.97-108, 1999.
- OLIVEIRA, Livia de. Sentidos de lugar e de topofilia. **Geograficidade**, v.3, n.2, p.91-93, 2013.
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018.
- PEDROSA, Breno Viotto. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura, UERJ**, n.39, p.31-58, Jan./Jun., 2016.

- PITT, Hannah. On showing and being shown plants – a guide to methods for more-than-human geography. **Area**, v.47, i.1, p.48-55, March, 2015.
- RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976.
- RIAD, Sally; JACK, Gavin. Tracing the Sphinx from symbol to specters: reflections on the organization of geographies of concern. **Culture and Organization**, v.27, i.3, p.240-266, 2021.
- ROWNTREE, Lester. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.10, n.4, p.580-586, 1986.
- ROWNTREE, Lester. Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v.12, n.4, p.575-586, 1988.
- ROWNTREE, Lester; CONKEY, Margaret. Symbolism and the Cultural Landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v.70, n.4, p.459-474, December, 1980.
- SAÏD, Edward. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
- SAÏD, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SEEMANN, Jörn. O fim das representações na geografia cultural? (in): ROMANCINI, Sonia Regina; ROSSETTO, Onélia Carmem; DALLA NORA, Giseli (Orgs.). **As representações culturais no espaço: perspectivas contemporâneas em geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A supressão da geografia no exercício da alteridade. Fortaleza: **Geosaberes**, v.9, n.17, p.1-13, 2018b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As duas faces da supressão da experiência histórica. Fortaleza: **Revista de História Bilros**, v.6, n.11, p.36-55, 2018c.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Paisagem entre textos e intertextos. **Tamoios**, v.17, n.21, p.129-147, 2021.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Uma geografia do que acontece. **Revista Geográfica Acadêmica**, v.16, n.2, p.72-85, 2022a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Intermediando discursos às margens dos estereótipos do tempo e do espaço. **Geonorte**, v.13, n.41, p.1-19, 2022b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. **A excepcionalidade da paisagem e do lugar: a transcendência da (i)materialidade por meio da mediação de subjetividades**. Belo Horizonte e Montes Claros: Letramento e IFNMG, 2023a.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Elucidando as Teorias não-representacionais. **Geotemas**, v.13, n.1, p.e02301, 2023b.
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp: Espaço e Tempo**, v.24, n.3, p.533-546, Dezembro, 2020a
- SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. SILVA, Larissa Santos Rocha da. A espacialidade dos períodos na relação espaço-tempo. **Geopauta**, v.5, n.3, p.1-17, e9500, 2021.

- SLATTER, Ruth. Sacred squares? A non-representational study of James Smetham's (1821-1889) everyday artistic experiences of religion, faith, and spirituality. **Journal of Historical Geography**, v.79, p.26-38, 2023.
- THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THRIFT, Nigel. On the determination of social action in space and time. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.1, n.1, p.23-57, 1983.
- THRIFT, Nigel. Afterwords. **Environmental and Planning D: Society and Space**, v.18, i.2, p.213-255, April, 2000.
- THRIFT, Nigel. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. **Geografiska Annaler**, v.86, i.1, p.57-78, March, 2004.
- THRIFT, Nigel. **Non-representational theory: Space/politics/affect**. London: Routledge, 2008.
- TURAI, Hedvig. Past Unmastered: Hot and Cold Memory in Hungary. **Third Text**, v.23, n.1, p.97-106, 2009.
- VANNINI, Philip. Non-representational ethnography: new ways of animating lifeworlds. **Cultural Geographies**, v.22, n.2, p.317-327, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WOLF, Eric R. Inventing society. **American Ethnologist**, v.15, n.4, p.752-761, November, 1988.
- WRIGHT, John Kirtland. Geography and history cross-classified. **The Professional Geographer**, v.12, n.5, p.7-10, 1960.
- WHITE, Hayden. The narrativization of Real Events. **Critical Inquiry**, v.7, n.4, p.793-798, Summer, 1981.
- WHITE, Hayden. The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory. **History and Theory**, v.23, n.1, p.1-33, February, 1984.
- WISHART, David. The selectivity of historical representation. **Journal of Historical Geography**, v.23, n.2, p.111-118, 1997.